

## ✓ Por que avalio? Como avalio? O que aprendi ao avaliar?

Juarez Pereira Furtado <sup>1</sup>

Universidade Federal de São Paulo  
Federal University of São Paulo  
Departamento de Políticas Públicas  
e Saúde Coletiva

**Resumo:** A partir de três perguntas essenciais sobre o sentido, modo de operar e o que incorporamos no transcurso de nossa inserção na área, procuramos estabelecer diálogo entre autor e obra ou entre agente e trajetória, no subespaço da avaliação em saúde, no campo da Saúde Coletiva. Com base em alguns textos próprios e também noutros que julgamos pertinentes, traçamos reflexão sob a forma de ensaio, portanto com pretensões a certa liberdade formal e de conteúdo, percorrendo o mais fielmente possível ao que nos foi suscitado pelas perguntas, de caráter intimista. O resultado é a exposição de saberes que resistiram ao tempo e às ansiedades do “novo” justamente porque fizeram sentido e foram incorporados pela via da experiência – esta última no sentido que detalharemos no texto. Uma avaliação que objetive promover mudanças, resistindo à sua instrumentalização pela gestão, que privilegie a compreensão por dentro dos entes avaliados e desenvolva arcabouço coerente com nossas tradições políticas e institucionais parece se delinear nesse conjunto de páginas.

**Palavras-chave:** avaliação de programas; avaliação de serviços; pesquisa avaliativa; avaliação em saúde.

### EN Why do I evaluate? How do I evaluate? What did I learn from evaluating?

**Abstract:** Based on three essential questions about the meaning, mode of operation and reasons of evaluation, we establish a dialogue between author and work or between agent and trajectory, in the health evaluation subspace, in the field of Public Health. Based on some of our own texts and also on others that we consider pertinent, we outline reflections in the form of an essay, therefore with pretensions to a certain formal freedom, speaking as faithfully as possible to what was raised by the questions, of an intimate nature. The result is the exposure of knowledge that resisted time and the anxieties of the “new” precisely because they made sense and were incorporated through experience - the latter in the sense that we will detail in the text. An assessment that aims to promote changes, resisting their instrumentalization by management, that favors understanding within the evaluated entities and develops a framework consistent with our political and institutional traditions seems to be outlined in this set of pages.

**Key-words:** program evaluation; service evaluation; evaluative research; health

### ES ¿Por qué evalúo? ¿Cómo lo evalúo? ¿Qué aprendí de la evaluación?

**Resumen:** Con base en tres preguntas esenciales sobre el significado, el modo de operación y lo que incorporamos en el curso de nuestra inserción en el área de evaluación, buscamos establecer un diálogo entre el autor y el trabajo o entre el agente y la trayectoria en el subespacio de evaluación de la salud, en especial en el campo de la Salud Pública. Basados en nuestros propios textos y también en otros considerados pertinentes, sintetizamos la reflexión en forma de ensayo, con pretensiones de tener una cierta libertad formal y de contenido, hablando lo más fiel posible sobre como han surgido nuestras las preguntas en ese campo, de carácter personal. El resultado es la exposición del conocimiento que ha resistido al tiempo y a las ansiedades del “nuevo”, precisamente porque adquiriendo sentido y se se ha incorporado a través de la experiencia, en el concepto que detallaremos en ese texto. Así, se trata de una evaluación que apunta a estimular a los cambios y que ha resistido a su instrumentalización hecha por parte de la administración, que favorece a la comprensión desde las entidades evaluadas y se desarrollado desde un marco consistente desde nuestras tradiciones políticas e institucionales; eso es lo que parece resumir en este conjunto de páginas.

**Palabras-clave:** evaluación del programa; evaluación de servicio; investigación evaluativa; valoración de Salud.

### FR Pourquoi devrais-je évaluer? Comment puis-je évaluer? Qu'est-ce que j'ai appris de l'évaluation?

**Résumé:** À partir de trois questions essentielles sur le sens, le mode de fonctionnement et ce que nous intégrons au cours de notre insertion dans le sujet, nous cherchons à établir un dialogue entre l'auteur et l'œuvre ou entre l'agent et la trajectoire, dans le sous-espace de l'évaluation de la santé, dans le domaine de la santé publique. À partir de certains de nos propres textes et aussi d'autres que nous jugeons pertinents, nous ferons des réflexions sous la forme d'essai, avec certaine liberté formelle et de contenu, parlant le plus fidèlement possible à ce qui a été soulevé par les questions, de nature subjectif. Le résultat est l'exposition des connaissances qui ont résisté au temps et aux angoisses du «nouveau» précisément parce qu'elles avaient un sens et ont été incorporées par l'expérience - cette dernière au sens que nous détaillerons dans le texte. Une évaluation qui vise à promouvoir les changements, en résistant à leur instrumentalisation par le management, qui favorise la compréhension au sein des entités évaluées et développe un cadre conforme à nos traditions politiques et institutionnelles.

**Mots-clés:** évaluation de programme; évaluation des services; recherche évaluative; évaluation de la santé.

## INTRODUÇÃO

As três perguntas que intitulam o presente texto foram, inicialmente, concebidas para orientar a exposição de dez convidados ligados à produção de conhecimento e práticas em avaliação no âmbito de uma disciplina de estudos avançados sobre o tema, no Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde (PPGANS) da Unifesp. A disciplina utilizou meios que possibilitassem o seu acompanhamento à distância pelos alunos, por *webconferência* e plataforma *moodle*. A disciplina nasceu com o objetivo de expor a diversidade do pensamento e de práticas avaliativas de colegas com distintas formações na graduação – matemático, sociólogo, psicóloga, médicos, fisioterapeuta, engenheiro, economista, dentre outros – que têm em comum o interesse pela pesquisa avaliativa de programas, serviços e políticas ligados à iniciativa pública. A maioria dos convidados focalizou o setor Saúde, havendo, no entanto, alguns mais próximos da Educação e da Assistência Social. Essa disciplina foi concebida para permitir que pesquisadores do programa e o conjunto de membros de nosso laboratório de avaliação em saúde da Unifesp (laboral), composto por orientandos e demais interessados, pudessem dar um passo além, atingindo mais profundidade na área da avaliação. Adotamos como estratégia aproximar autor e obra, ou mais apropriadamente, agente e respectiva trajetória, de modo a recuperar a relação histórico-dialética entre percursos dos agentes individuais e a reprodução e transformação histórica de estruturas coletivas, a partir de uma exposição individualizada, versando sobre o percurso social, profissional e político, tendo a inserção no espaço social da avaliação como delimitador e devendo ser a exposição de reflexões baseadas nas vivências e experiências dos expositores, algo incomum no discurso acadêmico da atualidade. A proposta se inspirou em trabalho anterior sobre a gênese sócio-histórica do espaço da avaliação em saúde no Brasil ([FURTADO e VIEIRA-DA-SILVA, 2014](#)) e em estudo similar sobre o campo Saúde Coletiva ([VIEIRA-DA-SILVA, 2018](#)), ambos de inspiração bourdieusiana. Obtivemos pronto aceite dos colegas convidados e tivemos o cuidado de esclarecer a diferença entre expor a própria trajetória, como objeto de transmissão de conhecimentos em torno da avaliação, e ministrar aulas e palestras convencionais. No entanto, de nossa parte, ao nos vermos confrontados a preparar a nossa própria exposição para a disciplina, percebemos que o modo de apresentação proposta é mais desafiadora do que nos parecia. Ou seja, pudemos vivenciar quão difícil pode ser experimentar do próprio remédio, confrontados com o desafio de abordar um tema relativamente familiar, porém, na perspectiva do que efetivamente

aprendemos com a experiência. Dando um passo à frente, uma reflexão dessa natureza, abordando o trabalho de avaliação em seu aspecto pessoal e particular e também suas inexoráveis tomadas de posição – políticas, epistemológicas e metodológicas, dentre outras – seria realmente possível e sobretudo legítima se trouxesse à tona aquilo que, por razões diversas, resistiu à passagem do tempo e se manteve justificável e preñado de sentido, aquilo que em algum momento aprendi e que segue ao lado inspirando e/ou orientando.

Abordar o aprendido é mais do que expor o saber acumulado, é professar de maneira mais genuinamente possível o efetivamente incorporado e que, portanto, trazemos de cor – etimologicamente de coração. Se experiência é aquilo que nos chega e nos acontece, a partir da porosidade apresentada pelo sujeito ao vivido, ela efetivamente se dá quando nos tornamos território de passagem, sensíveis a essa passagem e afetados pelos acontecimentos, que deixarão vestígios e efeitos que poderão nos tornar mais aptos ao compartilhamento e à transmissão. A noção de experiência, desenvolvida por Bondía (2002) como um saber que compreende mas está além do conhecimento científico, da informação, da práxis, da técnica e do trabalho, ocorrendo quando o vivido e o aprendido deixam marcas. Marcas para as quais, por alguma razão, houve tempo e espaço para nos afetar. Para o autor ([BONDÍA, 2002](#)), experiência demanda espaços e horas vazias e, mais do que raciocinar, calcular e argumentar, requer encontrar sentido ao que somos e ao que nos acontece

*O sujeito da experiência, se repassarmos pelos verbos que Heidegger usa neste parágrafo, é um sujeito alcançado, tombado, derrubado. Não um sujeito que permanece sempre em pé, ereto, erguido e seguro de si mesmo; não um sujeito que alcança aquilo que se propõe ou que se apodera daquilo que quer; não um sujeito definido por seus sucessos ou por seus poderes, mas um sujeito que perde seus poderes precisamente porque aquilo de que faz experiência dele se apodera. Em contrapartida, o sujeito da experiência é também um sujeito sofredor, padecente, receptivo, aceitante, interpelado, submetido. Seu contrário, o sujeito incapaz de experiência, seria um sujeito firme, forte, impávido, inatingível, erguido, anestesiado, apático, autodeterminado, definido por seu saber, por seu poder e por sua vontade. ([BONDÍA, 2002](#), p.25)*

A seguir, na forma de texto acadêmico, retomamos e expandimos a exposição feita no âmbito da disciplina citada em torno das três perguntas, procurando transmitir o que fizemos, como fizemos e o

que aprendemos ao fazer. Para isso, buscaremos articular nossa trajetória com aquilo que foi especialmente absorvido pela via da experiência, entendida como elaboração e dotação de sentido ao que nos acontece ([BONDÍA, 2002](#)). Ao tentarmos responder porque avalio, procuraremos estabelecer nossa compreensão sobre o que é avaliar, desdobrando as várias ideias e concepções que subjazem ao conceito; ao abordar como avalio, mais do que apresentar um passo-a-passo (que não deixará de ser feito) iremos expor algumas estratégias que nos parecem especialmente originais e adequadas na condução de avaliações na perspectiva sob a qual trabalhamos e, finalmente, ao responder sobre o que aprendi ao avaliar, olharemos menos para traz e procuraremos indicar alguns horizontes com base naquilo que julgamos ter adquirido em nossa trajetória.

## POR QUE AVALIO?

### Compreendendo o que é avaliar

Constitui-se objeto de pesquisas avaliativas diferentes práticas sociais ([VIEIRA-DA-SILVA, 2005](#)) ou, mais especificamente, distintas intervenções - essas últimas compreendidas como ações planejadas por meio das quais são articulados meios físicos, humanos, financeiros e simbólicos, em contexto específico, produzindo bens ou serviços para modificar uma dada situação problemática ([CONTANDRIOPOULOS et al., 1997](#)). Avaliar ou, no sentido que trataremos aqui, realizar pesquisas avaliativas, advém do propósito de **conhecer** melhor, julgar ou **estabelecer** a importância, **prestar contas** à sociedade e, quem sabe, **influenciar** a condução dessas intervenções que podem se dar na forma de programas, serviços, políticas ou qualquer outra proposta concebida para interferir no conjunto ou, ao menos, em alguns aspectos de uma situação a ser modificada. Procuraremos imediatamente expor a nossa compreensão do que seja avaliar e, na sequência, abordar com mais profundidade e separadamente os aspectos ligados à produção de conhecimento, julgamento, prestação de contas e relações com o poder inerentes à avaliação que integram a noção de avaliação.

Há razoável consenso, no interior do espaço da avaliação em geral ([FOURNIER, 2005](#); [ROSSI, 2004](#); [WORTHEN et al., 2004](#)) e da avaliação em saúde em particular ([FIGUEIRÓ et al., 2010](#);

[HARTZ e VIEIRA-DA-SILVA, 2005](#); [TANAKA et al., 2017](#)) em torno da caracterização da pesquisa avaliativa como resultante da junção do rigor da pesquisa acadêmica aos propósitos práticos de conhecer, estabelecer importância (ou realizar julgamento) e influenciar decisões relativas àquilo que vier a se constituir o seu objeto. Tal articulação se daria por meio da adaptação de métodos de pesquisa social para abordar as intervenções citadas em suas reais circunstâncias institucionais e políticas, utilizando categorias via de regra pré-definidas e já clássicas em estudos avaliativos como cobertura, acesso, efetividade, eficiência, qualidade técnica, implantação e satisfação de usuários, dentre outras ([ROSSI et al., 1999](#)), para finalmente realizar julgamento e subsidiar eventuais tomadas de decisão. Na produção internacional sobre o tema, a menção à função de *accountability* é quase obrigatória e constitui principal justificativa ética das avaliações. No entanto, a prestação de contas, responsabilidade e transparência à sociedade mais geral - como pode ser compreendido e traduzido o termo - é debate em aberto no Brasil ([PINHO e SACRAMENTO, 2009](#)) e questão a ser ainda melhor analisada sobre o papel da avaliação em nosso país.

A pesquisa avaliativa se constitui na interface entre a pesquisa acadêmica tradicional e a avaliação normativa, essa última típica da gestão e de tribunais de contas, por exemplo. Podemos considerar a pesquisa avaliativa como o esforço por constituir bases seguras, dotadas de rigor metodológico, por meio da pesquisa social aplicada, de modo a preparar e sustentar passos de uma outra ordem e que deverão lhe suceder, como é o caso do julgamento de valor e o potencial amparo ou orientação à tomada de decisões e, menos usual no Brasil, eventual prestação de contas à sociedade mais geral. Assim sendo, o ponto de partida em situações problemáticas e correspondentes intervenções a estas destinadas, a pretensão de, ao final, realizar julgamento da iniciativa considerada com base em categorias existentes ou desenvolvidas para o caso, tudo isso reunido, constitui o aspecto teleológico da avaliação e marca a diferença entre a pesquisa avaliativa das demais investigações realizadas no campo científico. A seguir, iremos discorrer sobre os aspectos que integram e constituem a pesquisa avaliativa, tecendo considerações ampliadas sobre aspectos que acabamos de citar, integrantes da definição apresentada, sempre tomando como base perspectivas provenientes de nossa trajetória na área.

## Avaliação e produção de conhecimento

Conhecer aqui está atrelado ao propósito de realizar pesquisa, portanto trata de um conhecimento rigoroso, sistemático, zeloso do caminho utilizado para produzi-lo, comprometido com a busca da verdade e atrelado à discussão de autores e grupos de pesquisa tanto no que tange aos meios de se avaliar quanto àquilo que foi tornado objeto da avaliação. É conhecimento que dispensa especial atenção ao método e mostra ciência do estado da arte e das discussões atuais presentes tanto no espaço da avaliação quanto do próprio objeto a ser avaliado – essa última afirmação explicitando a dupla exigência ao avaliador, que deve deter acúmulo sobre o avaliar e sobre a intervenção a ser abordada. O debate sobre o que é e como se faz ciência, como seria de esperar, manifesta-se na pesquisa avaliativa. Concepções sobre o que é afinal a realidade, os modos de relação entre o conhecedor e o objeto do conhecimento e os caminhos mais adequados para abordar as iniciativas, ou seja, os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, presentes na pesquisa mais geral, reaparecem e constituem debate ao interior das práticas avaliativas em nosso país e no mundo.

A tomada de posição do avaliador no debate entre compreensão e explicação, sobre a natureza e inteligibilidade da realidade, dentre outras disputas que polarizam os modos de conceber e produzir ciência, irão influenciar significativamente suas estratégias metodológicas destinadas a delimitar o objeto, colher informações e analisá-las, moldando o formato e conteúdo de suas pesquisas. Potvin et al. (2006) explicitaram adequadamente como a concepção de mundo constituído gera implicações aos modos de abordar e conhecer programas, serviços e políticas a serem avaliados:

*Ainda que de difícil solução, a questão da ontologia dos programas é crítica para os avaliadores. Isto porque é somente à medida que o mesmo desenvolve uma clara concepção sobre a natureza do programa a avaliar, como objeto de conhecimento, que a relação epistemológica entre um avaliador, sujeito do conhecimento, e um programa, objeto de conhecimento, pode ser definida e situada em um projeto de compreensão e ação. (POTVIN et al., 2006, p.68)*

Mais adiante, no presente texto, buscaremos objetivar e analisar a sustentação teórica da prática da avaliação nacional, tributária da produção teórica norte-americana. Nesse momento, no entanto,

é importante salientar iniciativas dos colegas norte-americanos em estabelecer discussões sobre os fundamentos (SHADISH et al., 1995), raízes (ALKIN, 2013) e teorias (MERTENS e WILSON, 2012) que informam o pensamento na área, naquele país, a partir de textos reflexivos que apresentam a peculiaridade de considerar as trajetórias pessoais do que consideram os pensadores seminais e seus paradigmas e proposições, como é o caso das três publicações que acabamos de citar. No caso do *Evaluation Roots* (ALKIN, 2013), em sua segunda edição, Marvin Alkin ampliou a metáfora da árvore da avaliação e três galhos contendo avaliadores, segundo sua vinculação preponderantemente a um dos três aspectos - metodológicos, de efetivo uso dos resultados ou dos valores dos grupos de interesse, passaram a contar com mais avaliadores do que na primeira edição, constituída apenas de americanos. Agora, autores da Europa, Austrália e Nova Zelândia passaram a ser considerados mantendo, no entanto, o abismo com os demais países. A presença de autores nacionais no debate internacional da avaliação é restrita e quando acontece se dá de maneira essencialmente descritivas, como foi o caso de um número especial da revista *New Directions for Evaluation* (ROTONDO e KUSHNER, 2012), que abordou o que chamaram de vozes da avaliação na América Latina. Mais recentemente, a área da avaliação no EUA vem mostrando interesse em articular sua *program evaluation* ao pensamento de Paulo Freire, como o fez recentemente um dos expoentes mundiais e ex-diretor a Associação Americana de Avaliação, Michael Patton, organizando número especial de revista sobre a tentativa de articular a avaliação com a pedagogia do mais famoso educador brasileiro, em perspectiva bastante particular (PATTON, 2017) e diríamos atenuando o que há de verdadeiramente crítico na obra de Freire.

No Brasil, parece ser regra na prática da avaliação a assunção do compromisso em gerar novos conhecimentos. Raramente, porém, discutindo como se concebe o próprio ato de conhecer e de constituir o objeto do conhecimento na área. A produção de novos conhecimentos por meio da avaliação, naturalmente se justifica quando o saber e as informações com as quais se conta são insuficientes para julgar a iniciativa e tomar decisões, razão suficiente para justificar o dispêndio de tempo e recursos em eventuais pesquisas avaliativas. Nesse percurso, a própria noção de conhecer e a constituição do objeto do conhecimento, assim como os referenciais mais utilizados, deveriam ser tema de análise. Afinal, seria o pensamento emergido da cultura anglo-saxã, presente no *program evaluation* americano, transposto para o Brasil, adequado

para responder às necessidades locais de conhecer, da perspectiva avaliativa, as nossas intervenções? Os manuais de avaliação em saúde brasileiros, via de regra, prescindem desse tipo de questionamento, partindo da abordagem sobre as perguntas avaliativas, as estratégias metodológicas a serem utilizadas e os modos de compartilhar os achados e/ou garantir a participação de alguns grupos de interesse. Para se constituir de fato pesquisa, as atividades avaliativas precisam garantir compromisso com a busca da verdade e o rigor no caminho a ser trilhado. O que defendemos aqui é que tal busca deve colocar, já de partida, o modo como se pretende conhecer e o próprio modo de constituir e recortar o objeto a ser conhecido em perspectiva e oferecer análise crítica e reflexiva sobre isso àqueles aos quais serão endereçados os resultados do processo.

*Avaliação qualitativa de programas de saúde – enfoques emergentes*, livro organizado por Maria Lúcia Bosi e o pesquisador mexicano Francisco Mercado (2006), congregou diversos autores buscando disseminar novos discursos e proposta de avaliação, sobretudo na América Latina, tanto em seus aspectos filosóficos quanto naqueles mais práticos na realização de pesquisas avaliativas. Nessa obra, destacam produções e pensamentos não hegemônicos na área, animados pela insurgência de governos progressistas latino-americanos no período, com críticas às práticas consideradas equivocadas em termos éticos e morais, conceitualmente estreitas e ingênuas em termos políticos. Para os autores, sob o manto de emergentes estariam abordagens avaliativas que contivessem uma ou mais das seguintes características: participativas, críticas, democráticas, qualitativas, de baixo para cima, colaborativa, deliberativas e dialógicas. Nas palavras dos autores:

*Esses enfoques emergentes não visam apenas a melhorar a gestão dos programas mas se sobrepõem, entre outras coisas, a impulsionar processos tão diversos como a democratização das instituições de saúde, a atribuição de poder a determinados indivíduos ou grupos, o aprendizado permanente, a transparência dos processos e o fortalecimento da sociedade como um todo, mas especialmente dos grupos tradicionalmente excluídos. (MERCADO et al., 2006, p.23)*

Em artigo publicado em 2001, intitulado *Um método construtivista para a avaliação em saúde* (FURTADO, 2001b), oriundo de nossa tese de doutorado, buscamos articular a proposta da chamada quarta geração de avaliação do casal Guba e Lincoln (1989) -

que a partir da avaliação no setor educação propuseram formas de avaliação de programas sociais baseados em estratégias qualitativas e na filosofia construtivista - com o Método Paidéia (CAMPOS, 2000), desenvolvido pelo orientador de doutorado, o prof. Gastão Campos, à época. Em que pese ressalva feita ao fato de, nesse texto (FURTADO, 2001b), utilizarmos de maneira pouco crítica o que hoje consideramos como metáfora das quatro gerações da avaliação, criada por Guba e Lincoln (1989), para abordar períodos históricas da área, no século XX, nos EUA, o essencial da discussão constante no artigo é ainda contemporânea, essencialmente engajada no debate sobre modos de conceber e abordar objetos em pesquisa avaliativa.

Ao sistematizarmos discussão sobre método construtivista em avaliação, antecipamos boa parte do que constituíram pautas recorrentes em nossos trabalhos subsequentes: a importância de referenciais compreensivos na avaliação, a necessidade de compreender o programa em si e não apenas os seus insumos e resultados (a abertura da caixa-preta), a inserção de outros grupos de interesse no processo (além dos avaliadores) e a ampliação do papel da avaliação, que deveria ser entendida também como um dispositivo institucional voltado a catalisar processos de reflexão e aprendizagens, pelos grupos envolvidos, em torno de suas próprias práticas, gerando movimentos de circulação da palavra, de análises e proposições - função cuja importância foi destacada ao compor o título de nosso trabalho de conclusão de doutorado (FURTADO, 2001a). O caráter político das avaliações é inegável e o processo pode intensificar jogos de poder. Mais do que nunca, colocar em evidência, analisar e fazer transparecer o que se compreende como conhecer e os modos como se recorta e constitui o objeto são especialmente importantes. No tópico intitulado *Uma avaliação morena?* avançaremos em algumas questões aqui delineadas, sobretudo em relação à hegemonia do pensamento norte-americano na avaliação brasileira.

### **Além da pesquisa – julgamento e prestação de contas**

Ao realizar o julgamento, passo final nem sempre considerado em avaliações, procura-se estabelecer o quanto a intervenção avaliada é efetiva, satisfaz a clientela, é eficiente, cobre a população-alvo, dentre outras categorias tradicionalmente utilizadas, além daquelas que podem ser desenvolvidas para um caso específico. É nesse momento, por excelência, que se explicita o valor que o ente avaliado assume, com base no caminho investigativo

anteriormente realizado e nas categorias de análise ou julgamento definidas. Tudo isso é coerente com o compromisso em atribuir o valor à intervenção abordada - lembrando que a própria palavra *avaliação* traz embutido menção à ideia de valor - seja do que pode ser considerado o conjunto da obra ou parte dos componentes mais relevantes da mesma.

Nossa experiência na realização de avaliações e também, do outro lado, como agente que contratou e foi usuário de processo avaliativo formal, fez-nos perceber que interpretações e/ou números apresentados, ao final, pelo processo avaliativo são insuficientes para contemplar as reais necessidades daqueles que demandam avaliações para a decisão ou, ao menos, para objetivar a importância e pontos problemáticos da intervenção, quando estes mesmos números e interpretações prescindem do estabelecimento dos méritos. Ao final do processo de geração de conhecimento resta saber, mediante tudo o que foi sistematizado: o que se pode afirmar sobre o programa, serviço ou política? Funciona, não funciona? É bom, não é? Haveria respostas qualitativas e numéricas para essas perguntas? É justamente essa etapa - abordando o valor do programa, segundo critérios pré-existentes ou construídos ao longo do processo - que diferenciará a pesquisa avaliativa das demais investigações científicas, quando os avaliadores e a resultante da avaliação precisam dizer algo mais - justamente sobre o valor do objeto abordado - posto que os números e seus bancos de dados, bem como os *corpora* não falam por si mesmos.

O julgamento se cristaliza em uma linguagem e pode gerar esquemas classificatórios com consequências importantes e delicadas. Para Bourdieu<sup>26</sup>, os esquemas de classificação se encontram nas origens das representações e, por consequência, da mobilização e desmobilização dos grupos, podendo fazer ver de modo diferente ou que se passe a ver outra coisa, outras propriedades até então despercebidas ou relegadas a segundo plano. Perret (2009) considera que as informações colhidas e processadas na etapa anterior passarão a ter, agora, o formato de argumentos, revestindo um aspecto retórico - entendido como uma prática regrada e cuidadosa da argumentação. Aqui texto (oriundo da sistematização) e contexto (institucional e político) se imbricarão de maneira ímpar e o julgamento deverá colaborar para que a abordagem realizada não fique ancorada em opiniões nem na suposta positividade dos fatos. Em revisão realizada no âmbito da Nutrição e Alimentação (GASPARINI et al., 2017), constatamos que a maioria dos estudos avaliativos não emitem um julgamento, qualquer que seja, ao final. Intuímos que essa realidade pode se estender às demais áreas, visto

que se trata de uma ação especialmente delicada e com potencial de levantar polêmicas e mesmo causar prejuízos a pessoas ligadas à intervenção avaliada, além de ser relativamente estranho às demais atividades do campo científico em geral.

No entanto, acreditamos que eventuais efeitos perniciosos aos grupos de interesse envolvidos pelo relatório de avaliação realizada e o julgamento emitido, podem ser minorados e/ou revistos por meio da meta-avaliação (FURTADO e LAPERRIÈRE, 2012), que coloca a própria avaliação feita sob avaliação com base em critérios pertinentes. Outra forma de contrapor ou prevenir inadequações, ou mesmo injustiça do julgamento, é garantir a participação efetiva dos grupos de interesse na gestão, condução e definição de parâmetros e julgamentos que constituem o processo, conforme discutimos em outro momento, sobre a chamada avaliação participativa (FURTADO, 2012a). De qualquer modo, o julgamento e o subsídio às tomadas de decisões colocam a avaliação em um patamar de compromissos distintos, requerendo o enfrentamento dos desafios que sua interface entre poder e modos de fazer ciência estabelece para o seu avanço e utilidade. Como afirmado por Perret (2009):

*(...) a reflexão sobre métodos e desafios da avaliação tem significativa dimensão epistemológica e política pouco considerada. Essa situação sugere a aplicação de rigor e objetividade, plenamente reconhecida no fazer ciência, a uma classe ampliada de processos sociocognitivos. Pode-se antever, assim, a possibilidade de desenvolver método e práticas visando tornar mais refletido, organizado e sistemático o trabalho sobre si próprio feito pelas sociedades humanas que, até agora, vem aprendendo pouco e lentamente sobre suas próprias experiências. (PERRET, 2009, p.66 - tradução nossa)*

Há uma palavra inglesa - *accountability* - onipresente nas discussões sobre *program evaluation* nos Estados Unidos, que nomeia um dos pilares das justificativas para o empreendimento de avaliações naquele país. Em português, poderia ser usada expressões como *prestação de contas* e *transparência*, embora sua tradução e efetiva aplicação no Brasil seja objeto de debate, conforme já afirmado (PINHO e SACRAMENTO, 2009). Inevitavelmente, uma boa avaliação deve produzir conhecimentos de maneira rigorosa e realizar um julgamento ao final. Já a prestação de contas à sociedade é uma potencialidade da mesma, com baixa governabilidade por parte dos avaliadores, na medida

em que a maior ou menor divulgação de seus resultados, a adaptação para o público leigo de informações e dados complexos e o efetivo interesse de parcelas da sociedade em se apropriar da mesma é de controle restrito pelos principais responsáveis pela etapa de produção de informação e definição de categorias da avaliação. Naturalmente, o mesmo não se aplica aos financiadores e aqueles que demandaram a avaliação – a estes caberiam mais ou menos poder de tornar acessível, disseminar e debater os resultados da avaliação junto a parte dos grupos de interesse e demais implicados com a iniciativa avaliada. Até onde sabemos, é restrito o uso de avaliações, por parte da sociedade mais geral, como forma de verificar o resultado dos investimentos de recursos públicos para o desenvolvimento de políticas sociais. Houve iniciativas louváveis nesse sentido, como a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) do Ministério do Desenvolvimento Social, cuja secretaria de avaliação foi responsável por dezenas de estudos avaliativos de interesse nacional. Mesmo o Tribunal de Contas da União realiza auditorias ampliadas, que se aproximam de estudos avaliativos contendo inclusive linhas de base, como por exemplo, do Programa Mais Médicos para o Brasil ([TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2015](#)).

A avaliação não deve pretender definir sozinha os passos seguintes ao término da coleta e análises de dados em relação a uma iniciativa. Mas, deve criar meios para cumprir algum papel frente a eventuais tomadas de decisão, como último e derradeiro passo do processo avaliativo, assumindo o caráter político de disputar espaço ao interior do debate no qual foi inserida com os demais elementos que direcionam programas, serviços e políticas. A avaliação deve ser entendida como um discurso, dentre outros, a abordar o objeto de interesse. Seguramente, não é e nem deve ser a única maneira de compreender e discutir um determinado ente, mas é importante que conquiste seu espaço e relevância nesse processo. O momento de compartilhar e debater os resultados de uma avaliação se dá em um espaço essencialmente político no qual a pesquisa avaliativa adentra a partir de seus capitais científico e simbólico na disputa com várias outras racionalidades. E mesmo nesse momento, ela não deve abdicar de se contrapor ao poder em estado puro, entendido como aquele destituído de alguma razoabilidade. Como sabemos, tomadas de decisão combinam poder e informação de maneira proporcionalmente variável, havendo tendência de quanto mais a decisão se basear no poder do decisor, menor a chance do sistema recorrer a informação disponível para decidir ([PARREIRA e SILVA, 2015](#)). Os resultados de um processo avaliativo podem constituir o outro lado da balança,

dotando de mais informação, esclarecimentos e capacidade de análise o que, na sua ausência, poderia se constituir apenas e simplesmente autoridade e arbítrio.

### **Retomando a questão – porque avalio?**

Por meio do que vimos expondo até aqui, espero ter criado condições para responder à pergunta *por que avalio?* Desde 1996, portanto há 22 anos, esse tema entrou no meu radar, como se diz, e não saiu mais. Os trabalhos realizados nessa área, nesse período, foram de algum modo guiados por uma espécie de intuição de que, para serem verdadeiros, planos e ideias devem demonstrar conexão com o mundo dos fatos, atestada por meio dos resultados e consequências que elas venham a gerar. Somente mais tarde, ao ter acesso ao pensamento dos filósofos do pragmatismo americano, que tão bem desenvolvem discussões em torno das relações entre verdade e ideias e suas conexões com o mundo vivido, contei com instrumental que permitiu avançar um pouco além da intuição inicial. Possivelmente, esse compromisso pragmático teve origem em minhas inserções à frente de serviços e programas da reforma psiquiátrica brasileira, por mais de uma década, que me instigavam à busca de meios para saber o que efetivamente estava acontecendo com aquilo que concebíamos e implantávamos, de maneira quase frenética, naquele tempo.

Na filosofia Pragmática americana ou Pragmatismo, surgida no final do século XIX, nos EUA, a verdade não provém de abstração, mas da conexão com o mundo dos fatos, sendo a validade de uma proposição atestada em seus resultados e consequências. O Pragmatismo como filosofia tem como precursores e expoentes Charles Sanders Peirce (1839-1914), Willian James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952), com ênfase nos dois últimos, cujos pensamentos ainda que não sejam uniformes entre si, apresentam convergência em torno de uma teoria da verdade indutiva e experimental. Para essa escola do pensamento, a aproximação da verdade se dá pela maneira mais ou menos satisfatória de como ideias geram perspectivas relevantes em termos práticos para a sociedade. Segundo o Pragmatismo, é pela ação que se altera os limites da condição humana, sendo que para James o pragmatismo constitui uma cunha entre o empirismo tradicional e o racionalismo. O pragmatismo seria instrumental de colaboração com procedimentos de tomadas de decisão tanto diante de enunciados quanto de ações, feito por meio da observação da experiência que permitiria captar as alterações no âmbito da vida cotidiana e prática das relações ([GHIRALDELLI JÚNIOR, 1999](#)).

As raízes filosóficas da chamada *program evaluation*, nos EUA, em parte são tributárias do pensamento do Pragmatismo, baseado nas proposições sobretudo de James e Dewey, já citados. Zuñiga (2006) identifica no Pragmatismo um pano-de-fundo unificador na área da avaliação, na medida em que busca:

*(...)uma forma de pensamento que represente reflexão sobre a ação transformadora, escapando das tradições puramente filosóficas e também de um simples utilitarismo, unindo a intenção e inteligência de um dado ator e seu concreto trabalho transformador, em contextos específicos. (ZUÑIGA, 2006, p.49).*

Outros autores também identificam na filosofia do Pragmatismo elementos de sustentação de reflexões e práticas em avaliação. Afinal, aspectos centrais que movem a prática social da avaliação - tais como a importância da ação, a correlação entre verdade e respectivas consequências práticas e a crença de que o mundo pode e deve ser modificado - encontram no Pragmatismo respaldo e sustentação (HALL, 2013; MERTENS, 2015).

Esse pano-de-fundo ou referencial filosófico da avaliação evidencia a estreita relação entre avaliação e prática. Afirmar que ao avaliarmos buscamos estabelecer correlações entre concepções e ideias e seus efeitos sobre as necessidades humanas, na prática, estabelece um horizonte de possibilidades de averiguação ao interior do campo científico. Assim, o Pragmatismo constitui um dos caminhos possíveis por meio do qual práticas avaliativas ingressariam na prática científica, a partir de indagações sobre a verdade dos entes avaliados.

Concluindo esse tópico, diria que além da possibilidade de abordar conexões entre o mundo das ideias e dos fatos ou, melhor dizendo, dos planos e da resultante de seus encontros com a realidade que sempre oferecerá algum grau de resistência, avalio também pelas muitas interfaces que constituem a avaliação. Nesse sentido, diria que avalio para conhecer melhor iniciativas que me interessam e/ou que possam interessar à sociedade mais geral e, sobretudo, porque encontrei na pesquisa avaliativa um modo de articular meus interesses em estudar, aprender e pesquisar ao compromisso de extrair consequências desse aprendizado em torno de situações problemáticas. Em poucas palavras: avalio porque acredito que o mundo pode e deve ser mudado. A avaliação permite, de modo ímpar, conexões entre o campo científico e o campo político; entre a gestão e o pensamento; entre formulações e prática; entre situações sociais problemáticas e a revisão das soluções propostas. Tudo

isso, por sua vez, possibilita abordagens privilegiadamente “inter” - interprofissional, interdisciplinar, intergrupos, intersubjetivas. E aí me situo, nesse ambivalente *locus* que tem fronteiras como território.

## COMO AVALIO?

É praticamente inevitável certo desconforto em se reconhecer nas “caixinhas” no interior das quais somos eventualmente colocados, com base em nossa trajetória profissional e produção, sob diferentes tipologias. Como sabemos, convidados a debater sobre o galho nos quais foram colocados – na alegoria da árvore da teoria da avaliação, já citada, proposta por Alkin (2013) - cada um dos teóricos da avaliação americana inicia o texto relativizando o ponto no qual foi dependurado. De minha parte, frequentemente sou “carimbado” como avaliador construtivista e/ou especialista em avaliação participativa. Tais designações não se fazem sem razão, posto que nosso primeiro artigo sobre o tema traz *construtivismo* no título (FURTADO, 2001b) e foi seguido por outros textos versando justamente sobre a importância e estratégias da pesquisa avaliativa inclusiva e participativa, dentre outras razões, para contemplar os vários modos de conceber e lidar com uma mesma iniciativa avaliada. Tais escritos engrossaram o debate sobre a importância da inserção de grupos de interesses no processo e formularam indagações e proposições sobre os modos de implantar esse tipo de colaboração.

Devemos lembrar que as intervenções tornadas objeto de avaliação se constituem essencialmente da articulação entre insumos, projeto e grupos de pessoas que operam a proposta e outros que acessam as atividades e produtos da mesma. Dessa forma, nossas avaliações se fazem em boa medida de trabalho vivo, em ato, realizado por determinado grupo de pessoas e direcionado a outros tantos. O que equivale a dizer que avaliamos práticas e relações de pessoas entre pessoas e/ou grupos de interesse e que o que é por nós avaliados é constituído, em boa parte, de pessoas que se agrupam distintamente, seja como emissores, receptores ou afetados direta ou indiretamente pela iniciativa avaliada. Incluí-las no interior do processo avaliativo significa contemplar importante, se não o principal, aspecto constitutivo dos entes avaliados. Queremos dizer com isso que frequentemente o nosso objeto de avaliação, em sua maior parte, é constituído de agentes e suas práticas. Quando nos referimos a Núcleos de apoio à Saúde da Família (Nasf), Rede de Saúde Mental, Programa Mais Médicos, dentre outros, estamos indicando essencialmente



agentes que sustentam práticas no interior de determinadas propostas, contando com condições materiais adequadas ou não. Em linguagem própria à área aqui abordada, podemos afirmar que o nosso objeto é essencialmente integrado por grupos de interesse. Inexoravelmente, tais grupos em alguma medida serão abordados e instados a participar ou colaborar, sob pena de não haver avaliação possível. Toda e qualquer avaliação implica em algum grau de participação dos envolvidos, que integrarão o recorte ou objeto alvo da avaliação. Se não “participação” no sentido político da palavra, é condição que haja algum envolvimento para que a pesquisa avaliativa de fato aconteça.

Consideramos que é necessário qualificar o debate sobre as relações e interações possíveis entre participação e avaliação, discutindo desde as diferentes concepções envolvidas nesse tipo de colaboração até suas limitações e mesmo posturas ingênuas ou de má fé que podem envolver o delineamento e a prática dessa estratégia. Uma questão inicial, diz respeito à própria amplitude e profundidade que processos avaliativos podem assumir. Amplitude diz respeito à diversificação dos grupos inseridos na condução de todo ou parte do processo e profundidade à maneira como aspectos importantes da pesquisa avaliativa – estabelecimento de perguntas, definição dos grupos de interesse, análise e divulgação dos resultados, dentre outros – são ou não compartilhados, dotando os coletivos de mais ou menos capacidade de compreender e intervir nos passos do processo que, como já discutido, comporta etapas que vão além de práticas tradicionais da ciência, tocando questões como o julgamento e tomada de decisão.

Essencialmente, a noção de participação se configura menos como estratégia metodológica e mais como posicionamento ético e político, uma concepção ontológica (sobre a realidade de nosso objeto) e epistemológica (sobre a melhor maneira de recortá-lo e abordá-lo, por meio da compreensão a partir de dentro). Afinal, o que seria uma estratégia metodológica participativa? Parece carecer de sentido uma expressão como essa, uma vez que podemos usar não importa qual estratégia – de questionários e outras varreduras ao método etnográfico – e ainda assim garantir que a avaliação seja participativa. Então, participação seria mesmo uma estratégia metodológica no sentido clássico do termo? Participação é a inclusão dos grupos de interesse em uma ou mais das seguintes etapas da investigação avaliativa: definição das perguntas, modelização da intervenção, gestão da pesquisa e das estratégias metodológicas, coleta de dados ou formação da informação, análise dos resultados, elaboração dos critérios de julgamento, efetivo julgamento e compartilhamento com os outros grupos. Em síntese, a participação na avaliação significaria

garantir que parte substancial das iniciativas avaliadas – pessoas e grupos de interesse – esteja inserida na delimitação do objeto não de maneira objetivada, mas como agentes que podem e devem interferir em uma pesquisa que aborda suas próprias práticas. Além disso, deve-se reconhecer que esses agentes, ainda que não sejam especialistas em avaliação, estão ali na condição de especialistas naquilo que propomos abordar e avaliar, inseridos no programa diuturnamente. A inclusão de agentes, desse modo, não define *a priori* se a estratégia será quantitativa ou qualitativa, por exemplo. Assim sendo, poderíamos afirmar que defendemos um modo de avaliar incluído de grupos potencialmente afetados pela pesquisa avaliativa e eventual julgamento e deliberações dela decorrentes. Tal inclusão deve gerar efeitos de empoderamento, aumento de autonomia, ampliação da capacidade de reflexão sobre a prática, novas aprendizagens, garantia de polifonia e polissemia na realização do julgamento. É de se esperar que parte ou a totalidade desse conjunto de ações implique no aumento da chance de uso dos resultados da avaliação. O que acabamos de afirmar, no entanto, não estabelece o caminho a ser utilizado para a formação da informação, geração de resultados e análise dos mesmos.

Por isso, resta ainda a questão: afinal, como avalio? Um primeiro passo e que tenho privilegiado nas avaliações de que coordeno ou participo, é realizar um estudo preliminar, chamado de avaliabilidade. Desenvolvida por Joseph Wholey (1987), no final dos anos 1970, nos EUA, a avaliabilidade buscava evitar a realização de avaliações em projetos que não apresentavam condições para um estudo avaliativo por várias razões: não haviam sido implementados totalmente, não possuíam registros, dentre outras condições que dificultavam ou impediam a abordagem de maneira sistemática. Mais recentemente, a avaliabilidade ganhou certa notoriedade e vem sendo compreendida como um exame prévio da intervenção, verificando se seus objetivos estão definidos, se resultados perseguidos são verificáveis, fazendo um balanço dos conhecimentos disponíveis sobre o objeto e considerando se as condições técnicas e institucionais são suficientes para gerar respostas credíveis e fiáveis às questões a serem colocadas por um processo avaliativo. A rigor, para o uso que fazemos, seria mais fidedigno chamar de pré-avaliação, uma vez que nos parece possível – ao menos no plano micro no qual operamos – antever com poucos elementos se uma intervenção seria ou não avaliável, prescindindo da sistemática preconizada para estudos de avaliabilidade. Na verdade, buscamos na pré-avaliação nos inteirarmos do debate atual sobre o objeto, por meio de revisão de literatura, visitas exploratórias, conversas com informantes-chave e levantamento das normas e

documentos pertinentes. Com base no que emerge desse estudo preliminar, temos condições de modelizar a intervenção, definir perguntas avaliativas e mapear possíveis integrantes do processo avaliativo, tanto na condição de fontes de informações quanto aqueles que compartilharão, ao menos parcialmente, a condução do processo.

Na figura abaixo (figura 1) condensamos o conjunto de passos que podem compor um processo avaliativo, conforme propusemos em capítulo sobre o tema, no livro Tratado de Saúde Coletiva (FURTADO, 2012b).

**Figura 1 – Passos da avaliação**



Fonte:  
FURTADO, 2012b

A definição das questões, que figura em determinada parte nesse círculo (figura 1), poderia ser considerada uma fase de transição, visto que pode ser iniciada na pré-avaliação e posteriormente aprimorada na avaliação propriamente dita. O desenho da avaliação e estratégias metodológicas vão depender das questões e do objeto, mas é certo que dependerá fortemente do acúmulo do grupo responsável pela avaliação. Como sabemos, o maior ou menor conhecimento e experiência em um dado método não é exatamente uma opção, mas muito mais uma condição, dados os nossos interesses mais profundos e formação científica daí decorrente. Nos

parece necessário desmistificarmos a ideia de que, de fato, haja uma escolha metodológica, como se pesquisadores e seus grupos fossem uma caixa da qual se extrai a ferramenta mais apropriada para o momento. Em se tratando de indivíduos, seria mais pertinente falar de orientação metodológica.

Na verdade, dadas as potencialidades e limitações inerentes a todo e qualquer pesquisador, de certa forma essa “escolha” já está definida de partida. Claro que podemos estabelecer parcerias, articular colaborações com colegas de maior domínio em outras estratégias e referenciais. Porém, inevitavelmente, essas colaborações serão subsidiárias, prevalecendo a nossa “escolha”. Isso não é nenhum demérito e não constitui exatamente um problema, desde que claramente estabelecido, refletido e tornado transparente para os futuros leitores. Lembro-me de que, mais ou menos a esse respeito, Freud (1996) citando Goethe (em Fausto) sublinhou: “É em vão que se vagueia de ciência em ciência: cada um aprende somente aquilo que pode aprender.” Portanto, procuro não cultivar a ilusão e, menos ainda, incutir nos orientandos a falácia de que nos amoldaremos às demandas metodológicas de nosso objeto. Ao contrário, a própria constituição do objeto e sua abordagem se farão desde as nossas potências e limitações. Por um lado, isso cria lacunas que devem ser honestamente explicitadas e analisadas, por meio da reflexividade defendida por Bourdieu (CARIA, 2007). Por outro lado, nos permitirá aproximarmos de uma dada intervenção com o aquilo no qual nos reconhecemos e que temos condições de desempenhar da melhor maneira.

### Uma interface para a participação

Seguindo o esquema da figura 1, no que tange à coleta, comunicação e utilização dos resultados, podemos afirmar que estas podem se dar de diversas maneiras e boa parte delas são especialmente conhecidas: grupos focais, entrevistas, questionários, observação-participante e tantos outros caminhos disponíveis e, nesses casos, mais ou menos adaptáveis aos contextos nos quais serão aplicados. No entanto, desenvolveremos em mais detalhes aqui, a interface para o estabelecimento de interação com alguns grupos de interesses que vimos utilizando em nossas mais recentes avaliações (FURTADO et al., 2013), apresentando e discutindo mais amplamente uma estratégia que consideramos relevante para a realização de avaliações e que contém certo grau de originalidade. Trata-se de interface que assume inicialmente o

formato de cursos tradicionalmente oferecidos pela academia, em processos de educação permanente, dirigido a trabalhadores de redes municipais de saúde e outros programas e que, paulatinamente, vai sendo adaptado aos interesses de condução de uma pesquisa avaliativa.

A noção de participação é frequentemente preconizada e constitui quase consenso entre avaliadores, chegando mesmo a ser banalizada dado o grau de aceitação de que inicialmente goza, mas há que se considerar alguns desafios e entraves em sua prática efetiva. Supor que trabalhadores, grupos de interesses ou atores sociais estejam ávidos por participar, sendo suficiente um convite por parte dos pesquisadores, pode ser um equívoco. O convite à participação, inicialmente formulado pelos pesquisadores, disputará espaço na agenda dos convidados e deverá realmente atrair o interesse, uma vez que exigirá importantes esforços e trabalhos ao longo do tempo. Inclusive, em outro texto, alertamos sobre algumas ingenuidades que podem ocorrer em iniciantes de estratégias participativas. Além da disputa pela agenda, a participação exige mais tempo e maior volume de recursos financeiros, posto que torna o processo mais complexo, além disso exigirá boa dose de capacidade em administrar previsíveis conflitos, dada a diversidade de posicionamentos e pontos de vista ([ONOCKO-CAMPOS e FURTADO, 2006](#)).

Na verdade, poderíamos traçar e propor diversas formas de aproximação e interação com parte dos grupos de interesse além desta que detalharemos aqui. A escolha pelo formato de curso como interface para a participação se deve à familiaridade que o mesmo apresenta tanto aos pesquisadores, que estão no campo acadêmico, quanto à parte dos trabalhadores, egressos da academia. Além disso, a proposta de curso é suficientemente flexível para abarcar muitas das expectativas e demandas de ambos os lados, podendo assumir formas e conteúdos plenamente adaptado aos anseios dos envolvidos.

O formato de curso permite aprofundar o conhecimento sobre a intervenção e, ao mesmo tempo, possibilitar participação para além dos comitês de acompanhamento, superando vieses comuns aos processos participativos, como um extremo desnível inicial entre os grupos ou a utilização dos “colaboradores” apenas como fornecedores de informações. A propósito disso, salientamos que a introdução ao pensamento e práticas em avaliação deve integrar a parte inicial do curso, de modo a possibilitar oportunidade de que todos possam compartilhar um linguajar e referenciais básicos comuns. Como seria de esperar, um rascunho inicial do curso deve ser apresentado aos possíveis participantes, com bastante antecedência. Isso possibilita a assimilação da proposta e sua adaptação às necessidades dos

convidados a compor o processo avaliativo e representa, em si, um primeiro passo e esforço de aproximação de ambos os lados.

Todas essas etapas constituem um resultado ou produto da avaliação em si, que vem sendo caracterizado na literatura especializada como *process use* ou uso do processo em avaliação ou, como nomeamos em nossa tese de doutorado ([FURTADO, 2001a](#)), *o processo como resultado*. Mas, como um curso pode constituir parte importante de uma avaliação? Responderemos a essa questão com ilustrações de duas pesquisas relativamente portentosas, nas quais usamos essa interface, sendo que uma delas está em curso, nesse momento.

Do ponto de vista do funcionamento, os encontros com os trabalhadores das equipes têm frequência entre semanal ou quinzenal, com duração do dia todo, ao longo de alguns meses, de modo a possibilitar aprofundamento de temas e o estabelecimento de vínculos grupais. A depender da carga horária, tais cursos podem ser certificados como aperfeiçoamento ou especialização, a partir da pró-reitoria de extensão. No dia de um encontro padrão, logo pela manhã, um convidado de notório saber sobre um tema de especial interesse para a pesquisa e para os trabalhadores – portanto fortemente ligado ao que é objeto de debate na iniciativa avaliada – expõe e dialoga de maneira aprofundada. Por exemplo, uma colega do sul do país vem discutir Território e Redes em uma pesquisa sobre os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) ou alguém com acúmulo na atenção à crise vem debater esse tema junto a trabalhadores de Caps, respectivamente, quando Nasf ou Saúde Mental estão sob avaliação. No período da tarde, o trabalho se dá em subgrupos, que chamamos de Grupos de Apreciação Compartilhada (GAP), inspirados em uma proposta de autores canadenses ([JALBERT et al., 1997](#)). Nesses subgrupos, coordenados por pesquisadores integrantes do grupo de pesquisadores, se aborda questões ligadas ao tema discutido pela manhã, simultaneamente articulando-o com questões avaliativas de interesse da avaliação em curso. Entre um encontro e outro, os participantes do curso podem ter tarefas como a coleta de dados, a produção de informações, a validação de um indicador junto ao restante da equipe, dentre outras, a serem trazidas e processadas no encontro seguinte. Vejam que, retomando o círculo (figura 1), a necessidade de devolutiva e compartilhamento dos resultados é relativizada, menos linear, quando parte dos envolvidos são coparticipes do processo da maneira mais orgânica e inserida possível. Gostaríamos de ressaltar que a interface constituída pelo curso detalhado apresenta desafios vários, como a conciliação de agenda de vários trabalhadores e serviços (frequentemente de municípios

diferentes), o suporte para as despesas de deslocamento (nas duas pesquisas citadas obtivemos financiamento para fornecer diárias aos participantes) e, sobretudo, o cuidado em estabelecer um roteiro de discussões realmente de interesse pelos coletivos. Finalmente, o estabelecimento de confiança entre as partes, ao longo dos encontros, é ponto decisivo para o sucesso da avaliação da intervenção abordada.

### Uma avaliação entre

Ainda nesse tópico, gostaríamos de compartilhar a importância que a interdisciplinaridade de fato ocupa em nosso modo de avaliar. Dificilmente, uma intervenção sobre um problema social pode se pretender monodisciplinar ou monoprofissional. Os problemas e suas tentativas de superação, no plano social, são de tal ordem que requerem muitas e diferentes perspectivas para serem compreendidos e abordados. Afinal, como avaliar um consultório na rua se formos mesmo considerar a sua clientela, composta de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade e tudo o mais que está envolvido na assistência a essas pessoas? Ou iniciativas como o Programa Mais Médicos, envolto em questões de níveis distintos, que vão do clínico ao político? Citamos essas duas experiências de avaliação justamente para ilustrar a complexidade inerente a cada um desses objetos nos quais temas como redes, territórios, trabalho em equipe, linhas de cuidado e tantos outros são transversais e articuladas a fortes questões políticas e institucionais, como pudemos perceber ao desenvolvê-las.

Gostaria de ressaltar que levantar a bandeira da interdisciplinaridade não significa convocar a sedutora retórica sobre a importância da convergência entre áreas, práticas e saberes, um fácil consenso na atualidade, do ponto de vista de princípios. Com muito esforço e, por que não dizer, alguma dose de coragem, vimos desenvolvendo projetos de verdadeira interação entre áreas na prática, extrapolando a retórica. Tal foi o caso na pesquisa avaliativa sobre moradia e inserção social (FURTADO e NAKAMURA, 2014), na qual pudemos avaliar iniciativas diversas de moradias por meio de grupo de avaliadores composto por psicanalistas, antropólogos, sanitaristas e arquitetos. Mais recentemente, temos tentado suspender as fronteiras entre objetividade e compreensão, quantitativo e qualitativo e outras polarizações clássicas do fazer pesquisa, sobretudo a partir de nossa aproximação com a obra de Pierre Bourdieu. Não se trata de um simples apaziguamento pela via do discurso sobre a complementaridade, mas temos conseguido trabalhar melhor com polaridades como a

objetividade e a subjetividade, entre compreensão e explicação, dentre outras, nas abordagens que vimos fazendo.

Finalizando o tópico, diria que busco fazer avaliação de um modo polifônico e polissêmico, dentro de nossas sempre limitadas possibilidades. Polifônico, na medida em que procura trazer vozes normalmente negligenciadas, como a dos trabalhadores, que são os especialistas naquilo que estamos pretendendo avaliar, conduzindo a proposta no dia-a-dia. Tanto quanto possível, é importante trazer também usuários, familiares e outros grupos de interesses, embora reconhecemos que tal amplitude de participantes se constitui mais horizonte que real possibilidade ante os financiamentos e prazos que temos obtido. Polissêmico porque buscamos também investigar os muitos sentidos e perspectivas que tanto a iniciativa quanto a abordagem avaliativa podem assumir no processo e, para isso, a interprofissionalidade e a interdisciplinaridade são fundamentais para captar a diversidade e magnitude envolvidas em iniciativas destinadas, em última instância, a minorar dores e sofrimentos, experiências dificilmente compreendidas e enfrentadas a partir de pontos de vistas restritos.

## O QUE APRENDI AO AVALIAR?

### Avaliação e Planejamento

Abordar o que aprendi com a própria trajetória é simultaneamente verificar o que se constituiu como conhecimento experienciado e vislumbrar novos horizontes, tentando extrair consequências do que foi incorporado nesses anos de inserção no espaço social da avaliação. Nesse sentido, salta aos olhos as relações que, de certa forma testemunhei, entre as áreas da avaliação e do planejamento no interior da Saúde Coletiva.

O planejamento estratégico de Mário Testa e a planificação de Carlos Matus, voltados a efetivamente considerar contextos de conflitos e disputas, tornaram-se estratégicos na superação do planejamento normativo e contribuíram para a expansão da área no interior da Saúde Coletiva. No entanto, ao final da primeira década do século XXI, o volume de publicações de artigos, teses e dissertações concernentes exclusivamente à avaliação em saúde ultrapassou significativamente aquele relativo ao planejamento em saúde. Recentemente, publicamos artigo sobre as relações entre avaliação e planejamento (FURTADO et al., 2018). Originalmente, o título – que não prevaleceu – era *O fim da utopia?*, indicando o

pressuposto de que o crescimento em importância da avaliação, ao menos no setor Saúde, em detrimento do planejamento, estaria a serviço da privação dos coletivos de formularem novos horizontes e colocarem em análise os sentidos de suas ações, apoiando ou mesmo camuflando formas gerencialistas de administração sob o manto das práticas avaliativas. Nesse sentido, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (Pmaq), que previa pagamento por desempenho, foi emblemática (SILVA et al., 2016). Não faltam críticas à utilização da avaliação como instrumento de opressão e uso dissimulado do poder de indução, como atestam várias publicações, incluindo números inteiros de revistas dedicados ao tema (BALANDIER, 2015; REVUE CITÉS, 2009), inclusive considerando suas repercussões sobre os indivíduos (BIRMAN, 2015). Aliás, a experiência cotidiana e onipresente, com os aplicativos de telefones celulares, voltados a pontuar a qualidade de restaurantes, hotéis e serviços eletrônicos privados de transporte urbano, dentre outros, é emblemática da capilarização do uso da avaliação para induzir, controlar e gerir as mais diferentes atividades pelo conjunto de indivíduos ininterruptamente.

Um eventual ocaso do planejamento e concomitante hegemonia da avaliação pode ser problemática para ambos e constituir base para a expansão de modos gerencialistas de gestão pública, baseadas no desempenho. Consideramos que a alternativa seria justamente resgatar o que essas duas subáreas da Saúde Coletiva consolidaram de resistência à precarização das relações e dinâmicas de trabalhos nas equipes e capacidade de propiciar espaço de análise institucional, de aprendizagens e eventuais correções de rota das intervenções consideradas, de ampliação quantitativa e qualitativa da comunicação entre os grupos de interesse, dentre outras potencialidades, de modo a evitar que sejam subjugados e instrumentalizados como mais um modo de dominação. Conforme afirmamos anteriormente

*Não será por utilizar o nome de planejamento nem o de avaliação que se retirará das práticas gerencialistas seu papel de controle e dominação social no mundo onde predomina a noção de eficiência. É fundamental manter aberta a possibilidade de nos interrogarmos sobre o que produzem nossas práticas de planejamento, gestão e avaliação, não só como técnicas ou métodos específicos, mas em termos de redistribuição de poder, desalienação dos sujeitos e efetivo compromisso com as finalidades, a chamada eficácia. (FURTADO et al., 2018, p.9)*

Então, coerentes com o sentido desse texto, gostaríamos de expressar nossa preocupação com a hegemonia que a avaliação vem alçando nos últimos tempos na sociedade em geral e na Saúde Coletiva em particular. Ao contrário de regozijos de ordem corporativa, tal expansão deve ser cuidadosamente analisada e necessariamente qualificada por aqueles que identificam reais virtudes na prática avaliativa.

### Uma avaliação morena?

Tivemos contato com o debate hegemônico do modo de fazer avaliação nos EUA a partir de sua adaptação ao setor Saúde pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Saúde (GRIS) da Universidade de Montreal. O pensamento do GRIS foi disseminado no Brasil pelas publicações da profa. Zulmira Hartz e, mais tarde, inserimo-nos no grupo durante alguns meses, em parte do doutorado. O arcabouço teórico e prático oriundo da *program evaluation* americana, nos possibilitou abordagens e aprendizagens significativas sobre os serviços de saúde e assistência social e, conseqüentemente, das próprias políticas e sistemas nos quais estavam inseridos. Sobretudo, nos possibilitou superar a quase exclusividade do pensamento de Avedis Donabedian quando se tratava de abordar a avaliação no interior da Saúde Coletiva. Porém, como seria de esperar, há descompasso entre a transposição do referencial americano, ainda que retraduzido pelos canadenses, e as peculiaridades institucionais e políticas locais. Nos parece pertinente o desenvolvimento de sustentação teórica e novas práticas em avaliação sensíveis e adaptadas ao formato e às reais necessidades de nossas intervenções no âmbito das políticas públicas sociais, senão superando, ao menos relativizando certa dependência do pensamento norte-americano.

No estudo sobre o campo da avaliação em saúde no Brasil, constatamos que a entrada da avaliação como a concebemos, no setor saúde, se deu por exigência de agências multilaterais de financiamento (BIRD, FMI, etc.) por ocasião da implementação do SUS, nos anos 1990, como foi o caso da linha de financiamento bastante conhecida e chamada de Reforsus. Tais agências, hegemonicamente conduzidas pelas potências do norte, sobretudo os EUA, faziam constar contratualmente o destino de uma fração do recurso financiado para a avaliação do objeto do financiamento. Assim, ao menos no setor Saúde, a avaliação se desenvolveu por meio do estímulo de agências já familiarizadas com práticas avaliativas, visto que a avaliação de

iniciativas públicas se consolidou nos EUA dos anos 1960. Além da indução direta dos EUA, pela vinda de avaliadores e grupos de avaliação americanos, contratados para isso, ocorreu também uma influência pela via acadêmica, quando parte significativa de agentes brasileiros ligados à avaliação em saúde realizaram visitas técnicas e ou pós-graduação no GRIS, já citado.

Como forma de objetivar a influência de autores de outros países, sobretudo norte-americanos na avaliação, realizamos análise bibliométrica de número especial da revista Saúde em Debate, do CEBES, sobre avaliação, editada em 2017 ([SAÚDE EM DEBATE, 2017](#)). Nesse estudo, analisamos o conjunto de autores citados em toda a revista, excluindo citações feitas em artigos nos quais o autor referenciado é também autor, descartando autorreferências. Como resultado, podemos notar que o grupo de autores mais referidos é constituído em ordem decrescente pelos profs. Zulmira Hartz (professora brasileira que integrou o GRIS por vários anos), François Champagne e André-Pierre Contandriopoulos (também do GRIS), mais abaixo seguidos por Michael Patton e a dupla Guba & Lincoln (esses últimos três, expoentes americanos na área), evidenciando que a influência do grupo canadense, iniciado nos anos 1990, continua significativamente presente na atualidade (quadro 1).

#### Quadro 1 – Sete autores mais referidos

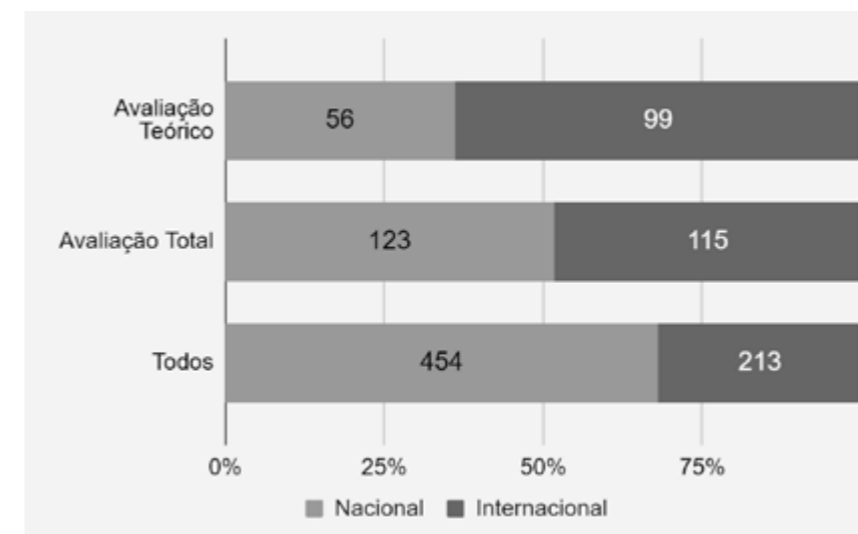
Champagne, F	12
Hartz, Z	12
Contandriopoulos, A-P	11
Patton, MQ	6
Guba e Lincoln	5
Chen, HT	4
Donabedian, A.	3

Fonte:  
[SAÚDE EM DEBATE, 2017](#)

Quando considerada toda a bibliografia utilizada pelo conjunto de artigos da revista citada, independentemente de serem ou não ligados à avaliação, identificamos 454 referências nacionais e 213 internacionais - estas últimas, portanto, representando aproximadamente um terço do total. Por seu turno, quando consideradas as citações exclusivamente de avaliação, essa proporção muda substancialmente, constituindo as referências internacionais aproximadamente metade do total de referências utilizadas. Finalmente, quando destacadas as referências de

cunho eminentemente teórico, ou seja, aquelas que dão especial sustentação ao trabalho realizado, a proporção entre textos de colegas nacionais e estrangeiros, sobretudo canadenses e americanos, inverte e passa a representar 63% do total de referências (gráfico 1). Naturalmente, não se pode garantir que os resultados aqui objetivados sejam reproduzidos nas demais publicações da área. No entanto, deve-se argumentar em favor da possível representatividade do número analisado, o fato de que a submissão de textos ao número da revista citado foi estimulada por ampla divulgação nacional e, segundo os editores, o número de textos recebidos foi expressivo em relação à quantidade que poderia ser publicada. De qualquer forma, ao menos nessa fração analisada, constata-se a importância que autores internacionais assumem para a área no Brasil

#### Gráfico 1 – Total de referências nacionais e internacionais



Fonte: [SAÚDE EM DEBATE, 2017](#)

Boaventura Santos ([SANTOS e MENESES, 2010](#)) vem discutindo a necessidade de reformulação da forma como se define um dado conhecimento como válido ou não (forma sucinta de resumir o que seja a epistemologia). Baseado no que ele chama de ecologia dos saberes e por meio de uma conexão sul-sul, ligando os saberes sistematicamente excluídos pela colonização europeia e pelo avanço do capitalismo, que com exceção da Austrália e Nova Zelândia, abarcam os continentes sob a linha do equador, Boaventura propõe reação ao que designa como sendo um epistemicídio. O

epistemicídido seria a exterminação de saberes destoantes da hegemonia branca e ocidental pela ciência também branca e ocidental, nascida na revolução científica do século XVI e que atingiu seu apogeu no século XIX.

No que tange ao tema que vimos abordando, chama a atenção que a utilização de um pensador nacional ganhe notoriedade e visibilidade a partir de autores consagrados da avaliação americana, como Michael Patton que, em evento organizado em agosto passado, na cidade de São Paulo, pelo Instituto Itaú Social e Fundação Roberto Marinho, lançou o livro *Pedagogia da Avaliação e Paulo Freire: incluir para transformar* (PATTON e GUIMARÃES, 2018), constituído pela tradução, para o português, de número da revista *New Directions for Evaluation*, já citada (PATTON, 2017). Se observados os promotores do evento, a tradução relativamente tardia para o português e o formato do seminário (que assistimos ao vivo e à distância, via rede mundial de computadores), podemos concluir que esse caso aparentemente isolado não constitui indícios de superação da dependência teórica brasileira da área, mas, ao contrário, reforçaria o pensamento abissal apontado por Santos, que definiria unilateralmente experiências, saberes e atores úteis, inteligíveis e visíveis daqueles condenados à indiferença. Nesse caso específico, poderia haver o risco de apropriação e atenuação do que o pensamento de Freire tenha de contundente.

Nos parece que teoria e prática da avaliação em saúde no Brasil detém históricos e acúmulos suficientes para refletir sobre si próprias. Não se trata mais de restringir a busca de respostas a perguntas que tem particularidades locais às publicações e ao pensamento do chamado primeiro mundo. Afinal, se queremos avaliar iniciativas propriamente nacionais, muitas delas ligadas aos SUS, é desejável nuançar os percursos avaliativos de maneira a captar melhor e processar os resultados de maneira mais adaptada às peculiaridades culturais, institucionais e políticas do país. Naturalmente, não se trata de xenofobia ou de reinventar a roda, como se diz. Mas, de superar uma certa infância ou adolescência da avaliação, de modo a nos autorizarmos – aqui inclusive no sentido de nos tornarmos autores – do diagnóstico, compreensão e proposição de soluções às iniciativas que vimos desenvolvendo no interior de políticas públicas de saúde e outros setores. Paradoxalmente, intuímos que a própria discussão que vimos fazendo nesse tópico, provavelmente reproduziria o desequilíbrio de autoria nacional e estrangeira que indicamos na revista analisada.

Enquanto não elaborarmos sustentação epistemológica suficiente para essa empreitada, identificamos na chamada avaliação ou análise de implantação – caracterizada por delimitar os fatores que

facilitam ou comprometem a implantação de uma intervenção – uma maneira de privilegiar aspectos da prática avaliativa mais pertinentes às características nacionais. A avaliação da implantação aborda as relações entre o contexto, as variações na implantação e suas consequências sobre os potenciais efeitos produzidos pela iniciativa avaliada (SAMICO et al., 2010). A instabilidade política e institucional constante em nosso país, o restrito ou mesmo pobre planejamento das ações de grande envergadura, a juventude de nossas políticas públicas e um contexto especialmente complexos são elementos suficientes para desaconselhar estudos avaliativos focados apenas nos resultados. A avaliação de implementação ou análise de implementação, mais do que nunca, parece-me servir especialmente à abordagem de intervenções por nós desenvolvida em solo pátrio e amplia um aspecto que nos parece especialmente interessante nos processos avaliativos: apoiar o pleno desenvolvimento das intervenções abordadas.

### Entre avaliação e análise

Há não muito tempo, fomos convidados a participar de mesa redonda para discutir sobre as diferenças entre avaliação e análise. Tal qual a anedota sobre o homem extremamente barbudo que passou a noite insone ao ser indagado se dormia com a barba sob ou sobre o cobertor – e no dia seguinte raspou os pelos do rosto, ante ao fato de se ver obrigado a tomar consciência de algo até então impensado – ficamos encabulados. Até aquele momento, avaliação e análise constituíam palavras muito próximas e quase sinônimas, para nós. No entanto, a partir do convite para diferenciá-las, a convivência banal entre elas se tornou impossível. Como forma de objetivar a questão, realizamos pesquisa na base de dados Scielo, em revistas da Saúde Coletiva, focalizando artigos nos quais os títulos contivessem simultaneamente avaliação e análise. Considerando o exíguo espaço destinado aos títulos, era de esperar que não houvesse desperdício por parte dos autores e que análise e avaliação figurassem ali com funções distintas e a serem analisadas. Adicionamos à pesquisa bibliográfica em torno dos títulos, uma consulta a avaliadores que reconhecíamos especial acúmulo na área, por meio de entrevistas. Os resultados de um e outro caminho indicaram dissenso no uso e sentido dado as mesmas: há autores que as consideram sinônimos, há outros que consideram a análise uma das etapas da avaliação e, temos colegas que identificam na avaliação uma das fontes de subsídios possíveis à análise e, finalmente, aqueles que consideram a

própria avaliação objeto de análise, como é o caso de iniciativas de meta-avaliação.

Ao final, nossa compreensão é de que há um debate sobre o lugar da avaliação no quadro geral da prática científica. Seu compromisso teleológico a empurra para o pragmatismo, agora com *p* minúsculo, do senso comum, equivalendo a avaliação ao essencialmente prático, não afeito às questões ideológicas e metafísicas. Como indagamos anteriormente:

*Estaria, nos pressupostos filosóficos de vinculação da avaliação com a prática, no campo científico e na sua circunscrição a um caráter eminentemente tarefeiro, pelo senso comum, um dos determinantes de seu distanciamento da noção de análise? A estreita relação com a prática figuraria a avaliação mais uma tarefa aos olhos do senso comum e, ao interior do campo científico, a levaria a ocupar espaço menos valorizado, quando comparado àquele destinado ao que se convencionou chamar de análise?*<sup>53</sup>  
(FURTADO e GASPARINI, 2019, p.4)

A argumentação apresentada por Vieira-da-Silva nos pareceu a mais pertinente e refletiu nossa posição, ao final da discussão (VIEIRA-DA-SILVA, 2014). Para a autora, a existência e mesmo exigência de atributos definidos de antemão como impacto, acesso, cobertura, dentre outros, presentes nos processos de avaliação, delimitam o tipo e qualidade das perguntas, circunscrevendo o horizonte de considerações possíveis. Por sua vez, análises não estabelecem tais atributos necessariamente. Finalmente, para a autora, a pesquisa avaliativa prescinde do estabelecimento de referencial teórico explícito a ser usado na abordagem do objeto avaliado, algo que dificilmente acontece em iniciativas de análises. Pudemos compreender, por meio do ensaio realizado, que a maior vinculação com a prática e presença de categorias prévias e necessárias, caracterizam a avaliação. Por sua vez, a intenção de distanciamento e abstração do objeto de interesse, calcado em teorias pré-definidas delinearíamos características de análise. Existem muitos modos de articulação, superposição e eventuais colaborações entre ambas. Distingui-las pode constituir entrave quando ocorre a serviço do estigma ou é proveniente de certo desapareço do campo acadêmico com questões consideradas de ordem prática. A distinção pode ser bem-vinda ao colaborar com a melhor compreensão das potencialidades e limitações de ambas. De nossa parte, assumimos posição de que a avaliação pode gerar importantes – e às vezes

decisivos – subsídios a análise de programas, serviços e políticas e mesmo à chamada pesquisa sobre serviços (NOVAES, 2004) e, por outro lado, análises bem realizadas podem ser ponto de partida de processos avaliativos.

## PALAVRAS FINAIS

A avaliação deve constituir mais uma ferramenta contra a miséria do mundo. A avaliação deve constituir mais uma ferramenta contra as misérias das instituições. A avaliação deve se constituir em um espaço de luta contra a opressão em geral, contra as instrumentalizações de toda ordem, em particular, e em um canal de compromisso entre produção de saber e melhoria das condições de vida da população e das políticas, serviços e programas públicos. Avalio por acreditar que o mundo pode e deva ser mudado e mais do que opção, é minha condição de possibilidade avaliar privilegiando modos compreensivos, desde dentro, hermenêuticos. Ao avaliar aprendi sobre o potencial formativo e esclarecedor (para os próprios envolvidos na intervenção abordada) da pesquisa avaliativa. Percebi também a necessidade do enfrentamento dos riscos de sua instrumentalização, frente à acelerada capacidade de vigiar, monitorar e induzir comportamentos presentes na sociedade atual. Que a avaliação não esteja a serviço do fim da capacidade de conceber utopias e, no caso brasileiro, possa se rever e expandir a partir de valorosas formulações e práticas que vimos acumulando tanto no campo científico quanto no campo burocrático – essas últimas, a partir da implantação das políticas sociais previstas na Constituição de 1988. Ao fim e ao cabo, uma avaliação compromissada com a mudança organicamente esclarecida e legitimada junto aos principais grupos de interesse envolvidos, que coloque em análise para aonde estamos indo e não somente como estamos indo, e que venhamos a fazê-lo de modo cada vez mais adaptado aos nossos contextos sociais, políticos e institucionais.

Coerente com o que aqui discurremos, gostaria de ressaltar que nossas modestas reflexões e o percurso realizado só foram possíveis graças aos muitos que me antecederam nessa área, aos tantos que me deram a mão para aqui adentrar – colegas de pós-graduação, professores, orientadores, trabalhadores, gestores e sanitaristas – e aos membros de nosso laboratório que me estimulam e animam diariamente a continuar. Tudo isso, tendo como pano-de-fundo, a escola pública da qual nunca me afastei e que me formou do



pré-primário aos dois pós-doutorados e segue sendo o local onde exerço, frequentemente animado, a minha força de trabalho.

## Referências

[ALKIN, Marvin C. \(Org.\). Evaluation roots: a wider perspective of theorists' views and influences. 2nd ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2013.](#)

[BALANDIER, Georges \(Org.\). O que avaliar quer dizer? São Paulo: UNIFESP, 2015.](#)

[BIRMAN, Joel. O eclipse do sujeito e da singularidade no discurso da avaliação. In: BALANDIER, G. \(Org.\). O que avaliar quer dizer? São Paulo: UNIFESP, 2015. .](#)

[BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20–28, 2002.](#)

[BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MERCADO, Francisco J. Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes. Petrópolis: Vozes, 2006.](#)

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

[CAMPOS, Gastão Wagner Souza. Um método para análise e co-gestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: O Método da Roda. São Paulo: Hucitec, 2000.](#)

[CARIA, Telmo H. História, reforma e lucidez em ciência: A reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 79, p. 133–149, 2007.](#)

[CONTANDRIOPOULOS, André-Pierre et al. A Avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. \(Org.\). Avaliação em Saúde: Dos Modelos Conceituais à Prática na Análise da Implantação de Programas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 29–47.](#)

[FIGUEIRÓ, Ana Cláudia; FRIAS, Paulo Germano; NAVARRO, Leila](#)

[Monteiro. Avaliação em Saúde: conceitos básicos para a prática nas instituições. In: SAMICO, I. et al. \(Org.\). Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010. p. 2–14.](#)

[FOURNIER, Deborah M. Evaluation. In: MATHISON, S. \(Org.\). Encyclopedia of Evaluation. Thousand Oaks: SAGE, 2005. p. 139–140.](#)

[FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XX.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira. A avaliação como dispositivo. 2001a. 282p. Tese \(Doutorado em Saúde Coletiva\) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira. A avaliação participativa. In: OTERO, M. R. \(Org.\). Contexto e prática da avaliação de iniciativas sociais no Brasil: temas atuais. São Paulo: Peirópolis, 2012a. p. 21–41.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira et al. A elaboração participativa de indicadores para a avaliação em saúde mental. Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n. 1, p. 102–110, 2013.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de programas e serviços em saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. \(Org.\). Tratado de Saúde Coletiva. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 2012b. p. 715–740.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira et al. Planejamento e Avaliação em Saúde: entre antagonismo e colaboração. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 7, 2018. Disponível em: <\[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\\_arttext&pid=S0102-311X2018000705004&lng=pt&tlng=pt\]\(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-311X2018000705004&lng=pt&tlng=pt\)>. Acesso em: 10 abr 2020.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 6, n. 1, p. 165–181, 2001b.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira; GASPARINI, Max Felipe Vianna. Há diferenças entre avaliar e analisar? Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 8, p. 2933–2938, 2019.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira; LAPERRIÈRE, Hélène. Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva. \*Ciência & Saúde Coletiva\*, v. 17, n. 3, p. 695–705, 2012.](#)  
[FURTADO, Juarez Pereira; NAKAMURA, Eunice \(Org.\). \*Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave: um estudo avaliativo\*. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014.](#)

[FURTADO, Juarez Pereira; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. A avaliação de programas e serviços de saúde no Brasil enquanto espaço de saberes e práticas. \*Cadernos de Saúde Pública\*, v. 30, n. 12, p. 2643–2655, 2014.](#)

[GASPARINI, Max Felipe Vianna et al. Evaluation practices in the field of Food and Nutrition. \*Revista de Nutrição\*, v. 30, n. 3, p. 391–407, 2017.](#)

[GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. \*Richard Rorty: a filosofia do novo mundo em busca de mundos novos\*. Petrópolis: Vozes, 1999.](#)

[GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. \*Fourth generation evaluation\*. Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1989.](#)

[HALL, Jori N. Pragmatism, Evidence, and Mixed Methods Evaluation. \*New Directions for Evaluation\*, v. 2013, n. 138, p. 15–26, 2013.](#)

[HARTZ, Zulmira Maria Araujo; VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria \(Org.\). \*Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde\*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.](#)

[JALBERT, Yves et al. \*Epsilon: guide d'auto-évaluation des organismes communautaires\*. Montréal: Coalition des organismes communautaires québécois de lutte contre le sida, 1997.](#)

[MERCADO, Francisco Javier et al. Avaliação de políticas e programas de saúde: enfoques emergentes na Ibero-América no início do século XXI. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. \(Org.\). \*Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes\*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 22–62.](#)

[MERTENS, Donna M. Philosophical assumptions and program evaluation. \*Spazio Filosofico\*, n. 13, p. 75–85, 2015.](#)

[MERTENS, Donna M.; WILSON, Amy T. \*Program evaluation theory and practice: a comprehensive guide\*. 1st ed. New York, NY: Guilford Press, 2012.](#)

[NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh. Pesquisa em, sobre e para os serviços de saúde: panorama internacional e questões para a pesquisa em saúde no Brasil. \*Cadernos de Saúde Pública\*, v. 20, n. suppl. 2, p. S147–S157, 2004.](#)

[ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa; FURTADO, Juarez Pereira. Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial \(CAPS\) do Sistema Único de Saúde. \*Cadernos de Saúde Pública\*, v. 22, n. 5, p. 1053–1062, 2006.](#)

[PARREIRA, Artur; SILVA, Ana Lorga da. A lógica complexa da avaliação. \*Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação\*, v. 23, n. 87, p. 367–388, 2015.](#)

[PATTON, Michael Quinn. \*Pedagogy of evaluation\*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2017. Disponível em: <<http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=5092721>>. Acesso em: 9 abr 2020. \(New Directions for Evaluation\).](#)

[PATTON, Michael Quinn; GUIMARÃES, Vilma \(Org.\). \*Pedagogia da avaliação e Paulo Freire: incluir para transformar\*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2018.](#)

[PERRET, Bernard. La construction d'un jugement. In: DAGENAIS, C.; RIDDE, V. \(Org.\). \*Approches et pratiques en évaluation de programme\*. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2009. p. 53–69.](#)

[PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? \*Revista de Administração Pública\*, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, 2009.](#)

[POTVIN, Louise; GEDRON, Sylvie; BILODEAU, Angèle. Três posturas ontológicas concernentes à natureza dos programas de saúde: implicações para a avaliação. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. \(Org.\). \*Avaliação qualitativa de programas de\*](#)

[saúde: enfoques emergentes. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 65–86.](#)

[REVUE CITÉS. L'idéologie de l'évaluation: la grande imposture. 1. ed. Paris: Presses universitaires de France, 2009. v. 37.](#)

[ROSSI, Peter H. My views of evaluation and their origins. In: ALKIN, M. C. \(Org.\). . Evaluation Roots: tracing theorist's views and influences. Thousand Oaks: SAGE, 2004. p. 122–131.](#)

[ROSSI, Peter H.; FREEMAN, Howard E.; LIPSEY, Mark W. Evaluation: a systematic approach. 6th. ed. Thousand Oaks: SAGE, 1999.](#)

[ROTONDO, Emma; KUSHNER, Saville \(Org.\). Evaluation Voices From Latin America. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012. \(New Directions for Evaluation\).](#)

[SAMICO, Isabella et al. \(Org.\). Avaliação em Saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010.](#)

[SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula \(Org.\). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.](#)

[SAÚDE EM DEBATE. Monitoramento e avaliação em saúde para a ação. Rio de Janeiro: CEBES, 2017. v. 41, n. spe.](#)

[SHADISH, William R.; COOK, Thomas D.; LEVITON, Laura C. Foundations of program evaluation: theories of practice. Newbury Park: Sage Publications, 1995.](#)

[SILVA, Rogério Renato et al. Subsídios à meta-avaliação do Pmaq. In: AKERMAN, M.; FURTADO, J. P. \(Org.\). Práticas de avaliação em saúde no Brasil: diálogos. Porto Alegre: Rede Unida, 2016. p. 327–356.](#)

[TANAKA, Oswaldo Yoshimi; RIBEIRO, Edith Lauridsen; ALMEIDA, Cristiane Andrea Locatelli \(Org.\). Avaliação em Saúde: Contribuições Para Incorporação no Cotidiano. São Paulo: Atheneu, 2017.](#)

[TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Auditoria do Programa Mais Médicos. . Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Saúde, 2015.](#)

[VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. Avaliação de políticas e programas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.](#)

[VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em Saúde. In: HARTZ, Z. M. A.; VIEIRA-DA-SILVA, L. M. \(Org.\). Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 15–39.](#)

[VIEIRA-DA-SILVA, Ligia Maria. O campo da saúde coletiva: gênese, transformações e articulações com a reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.](#)

[WHOLEY, Joseph S. Evaluability assessment: Developing program theory. New Directions for Program Evaluation, v. 1987, n. 33, p. 77–92, 1987.](#)

[WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Gente, 2004.](#)

[ZUÑIGA, Ricardo B. La evaluación en la acción social: autonomias y solidariedades. Montreal: \[s.n.\], 2006.](#)